

Coleção
Eduardo Espínola

Juliana Provedel Cardoso

**O MODELO
BRASILEIRO DE
PROCESSO COLETIVO
AS AÇÕES COLETIVAS E
O JULGAMENTO DE
CASOS REPETITIVOS**

2018



Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

ISBN: 978-85-442-2186-0

JusPODIVM

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO I

AS INFLUÊNCIAS DO DIREITO ESTRANGEIRO E A RECEPÇÃO CRIATIVA DO PROCESSO COLETIVO: DA ORIGEM COMUM DAS AÇÕES DE GRUPO ÀS DUAS ESPÉCIES DO MODELO BRASILEIRO	21
--	----

1. O PROCESSO COLETIVO NO DIREITO COMPARADO: NOÇÕES NECESSÁRIAS	22
2. AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS AO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: O MODELO NORTE-AMERICANO DAS <i>CLASS ACTIONS</i> E O <i>MUSTERVERFAHREN</i> DO DIREITO ALEMÃO	24
2.1. O MODELO NORTE-AMERICANO DAS <i>CLASS ACTIONS</i> E A <i>MULTIDISTRICT LITIGATION</i>	25
2.1.1. As class actions	25
2.1.2. Multi-party litigation: a agregação de litígios e a Multidistrict Litigation	34
2.2. O DIREITO ALEMÃO: AS <i>VERBANDSKLAGEN</i> E O <i>MUSTERVERFAHREN</i>	39
2.2.1. As Verbandsklagen	39
2.2.2. O Musterverfahren	41
2.3. UM PROBLEMA DE ORIGEM COMUM E A POSSIBILIDADE DE DUAS LINHAS EVOLUTIVAS A PARTIR DAS AÇÕES DE GRUPO DO DIREITO INGLÊS E NORTE-AMERICANO (<i>COMMON LAW</i>)	46
2.3.1. O contexto, as circunstâncias sociais da ação coletiva no direito inglês e no direito norte-americano (tradição de common law); do período medieval à modernidade e a escolha das class actions e do right to opt out para o modelo norte-americano	46

2.3.1.1.	O contexto medieval: dos indivíduos aos sujeitos e a organização social do grupo	46
2.3.1.2.	O contexto da pré-modernidade: dos grupos aos representantes	49
2.3.1.3.	O contexto da modernidade: as ações representativas e a chegada aos Estados Unidos	53
2.3.2.	A Rule 23 de 1938: a confirmação da escolha do regime opt out para as class actions	56
3.	A TEORIA DA RECEPÇÃO JURÍDICA PARA O PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS	62
3.1.	A TEORIA DA RECEPÇÃO JURÍDICA PARA A REPRODUÇÃO CRIATIVA DO PROCESSO COLETIVO	63
3.2.	AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS, A RECEPÇÃO JURÍDICA CRIATIVA E A FORMAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO	66

CAPÍTULO II

O PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: AS AÇÕES COLETIVAS E O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS 73

1.	OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO PARA AS AÇÕES COLETIVAS: A TUTELA DOS NOVOS DIREITOS	73
2.	O MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO, A HARMONIZAÇÃO E O DIÁLOGO DE FONTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	78
3.	O PROBLEMA DOS LITÍGIOS DE MASSA: A INEXISTÊNCIA DE MEIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, O CPC REFORMADO E A LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	84
4.	O MODELO DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	87
5.	OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO PARA OS CASOS REPETITIVOS: ISONOMIA, SEGURANÇA JURÍDICA E CELERIDADE PROCESSUAL	94
6.	O CONCEITO DE PROCESSO COLETIVO E O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COMO ESPÉCIE DE PROCESSO COLETIVO	99

CAPÍTULO III

A CONVIVÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS E DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COMO TÉCNICAS DE PROCESSO COLETIVO: OBJETO, PROCEDIMENTO E TRAÇOS DISTINTIVOS 105

1. AS AÇÕES COLETIVAS PARA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS <i>LATO SENSU</i>	105
1.1. O OBJETO DAS AÇÕES COLETIVAS: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	105
1.2. CLASSIFICAÇÃO DE LITÍGIOS COLETIVOS: UMA LEITURA CONCRETA DOS DIREITOS COLETIVOS	116
1.3. PROCESSO COLETIVO <i>OPT OUT</i>	120
2. O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS PARA SOLUÇÃO DE QUESTÕES JURÍDICAS COMUNS	122
2.1. O OBJETO DOS CASOS REPETITIVOS: QUESTÃO DE DIREITO VS. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	122
2.1.1. Separação entre questões de fato e questões de direito	126
2.2. PROCESSO COLETIVO <i>OPT IN</i>	129
2.3. DUPLO DISCURSO DA DECISÃO JUDICIAL: GESTÃO DE CASOS REPETITIVOS E FORMAÇÃO DE PRECEDENTES	130
2.4. SISTEMA DE JULGAMENTO DE CAUSA-PILOTO OU CAUSA-MODELO?	136
2.4.1. A crítica ao processo legislativo do parágrafo único do art. 978	138
2.4.2. A desistência ou o abandono como exemplo da adoção de um sistema híbrido de julgamento de casos repetitivos	140
2.5. COGNIÇÃO E DECISÃO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA COMUM: CISÃO OU UNIDADE	141

CAPÍTULO IV

COMUNICABILIDADE DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS COM AS AÇÕES COLETIVAS: ALGUNS PONTOS SENSÍVEIS E A ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS FUNDAMENTAIS DA TUTELA JURISDICIONAL DAS AÇÕES COLETIVAS	145
---	------------

1. A APLICABILIDADE DOS CASOS REPETITIVOS AOS PROCESSOS INDIVIDUAIS OU COLETIVOS	145
2. A SELEÇÃO DO CASO PARADIGMA: PREFERÊNCIA NA ESCOLHA DA AÇÃO COLETIVA EM RELAÇÃO À AÇÃO INDIVIDUAL	147
3. A PRESERVAÇÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DA TUTELA JURISDICIONAL DAS AÇÕES COLETIVAS E A INCIDÊNCIA DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS	151
3.1. A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E A LEGITIMIDADE DAS PARTES PARA PROPOR O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	153

3.2. EFICÁCIA DO PRECEDENTE, EFICÁCIA DO JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS E COISA JULGADA COLETIVA: DISTINÇÃO NECESSÁRIA	155
3.3. A DESISTÊNCIA DO CASO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165